

- 8 FEV 1995

Governo suspende todos os investimentos

Decreto atinge ministérios, autarquias e fundações federais até o final do primeiro trimestre e limita em R\$ 3,8 bilhões as despesas de custeio, o que corresponde a 15% do total orçado.

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — Um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso publicado no *Diário Oficial* de ontem suspendeu os investimentos dos ministérios, autarquias e fundações do governo federal até o final do primeiro trimestre. O decreto estabelece a primeira programação trimestral das despesas do governo desde que o Orçamento da União para 1995 foi sancionado, no dia 19 de janeiro. Além de cortar os investimentos, o decreto limitou a R\$ 3,8 bilhões, até o final de março, as despesas de custeio do governo, excluindo gastos com pessoal. O teto corresponde a apenas 15% do total previsto no Orçamento para estas despesas.

Além de tentar cobrir um déficit orçamentário calculado em R\$ 9,6 bilhões, o corte dos investimentos públicos tem o objetivo de reduzir a demanda global da economia, desaquecer o consumo e, desse modo, diminuir pressões inflacionárias e a tendência de formação de déficit no balanço de pagamentos (soma da balança comercial, serviços e transações financeiras com o Exterior).

Investimentos — Os investimentos previstos no Orçamento deste ano somam R\$ 8,9 bilhões, mas esse valor poderá não ser realizado. O secretário de Orçamento Federal, Waldemar Giori, disse que, neste primeiro trimestre, serão liberados recursos apenas para as obras em andamento. "Nenhuma obra nova poderá ser iniciada", afirmou o secretário, que anunciou ainda a disposição da área econômica de reavaliar o custo dos projetos contratados.

A liberação dos recursos bloqueados dependerá do ministro do Planejamento, José Serra, que já enfrenta o descontentamento de parlamentares e governadores com os cortes de R\$ 3,2 bilhões que anunciou há 20 dias. A liberação dos recursos para as obras em andamento começará a ser discutida a partir do próximo dia 15 com os órgãos federais responsáveis pelos projetos.

Cortes — O Ministério dos Transportes foi o mais afetado pelo corte dos investimentos, que não atinge suas empresas estatais, exceto as que dependem integralmente de recursos do Tesouro, como a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Também foi poupado dos cortes o pagamento de contrapartidas a financiamentos externos concedidos por entidades internacionais como o Banco Mundial.

A limitação não alcança o pagamento de benefícios da Previdência nem as transferências a Estados e municípios determinadas pela Constituição. Também estão preservadas as despesas feitas com recursos próprios dos órgãos federais e as operações de crédito do governo, como o financiamento da comercialização da safra agrícola. Também foram preservados gastos que não podem ser adiados, como o pagamento de bolsas de estudo e a compra de livros escolares pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do Ministério da Educação.

Segundo Giori, nas programações trimestrais haverá cortes adicionais nas despesas de custeio, previstas em R\$ 30 bilhões. No ano passado, lembrou, elas foram estimadas em R\$ 26 bilhões, mas os gastos se limitaram a R\$ 13 bilhões.

**SÓ OBRAS EM
ANDAMENTO
TERÃO
RECURSOS**

ESTADO DE SÃO PAULO
investimentos